

ALTERNÂNCIA NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA SUA MATERIALIDADE

Maria Celeste Gomes de FARIASⁱ

Salomão Antônio MUFARREJ HAGEⁱⁱ

RESUMO

O artigo visa identificar e analisar contribuições dos movimentos sociais do campo na materialidade das práticas formativas em alternância na formação de educadores da Licenciatura em Educação do Campo LPEC da UNIFESSPA. A investigação se fundamenta na teoria social crítica e se desenvolveu por meio de entrevistas semiestruturadas com educandos, formadores e representantes dos movimentos sociais. O trabalho está organizado em três partes: os movimentos sociais como referências na Educação do Campo e a alternância na formação inicial de educadores do campo; o território da Região Sudeste do Pará e ações dos movimentos sociais que orientam o Curso e o perfil dos educandos, e por fim, a partir das falas dos sujeitos analisamos as contribuições dos movimentos sociais nas práticas em alternância. Os resultados indicam que os movimentos sociais contribuem para enriquecer os processos formativos em alternância na formação dos educadores do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Alternância Pedagógica; Movimentos Sociais do Campo; Formação de Educadores; Licenciatura em Educação do Campo.

ALTERNANCE IN TRAINING FOR FIELD EDUCATORS: CONTRIBUTIONS OF SOCIAL MOVEMENTS TO THEIR MATERIALITY

ABSTRACT

The article aims to identify and analyze contributions from social movements in the field in the materiality of training practices alternating in the training of educators of the Degree in Countryside education LPEC of UNIFESSPA. The investigation is based on critical social theory and was developed through semi-structured interviews with students, trainers and representatives of social movements. The work is organized in three parts: social movements as references in Countryside education and alternation in the initial training of Countryside educators; the territory of the Southeast Region of Pará and actions of the social movements that guide the Course and the profile of the students, and finally, from the subjects' speeches we analyze the contributions of the social movements in alternating practices. The results indicate that social movements contribute to enrich training processes in alternation in the training of Countryside educators.

KEYWORDS: *Alternation Pedagogical; Countryside Social Movements; Educator Training; Degree in Countryside Education.*

ⁱ Doutorado em Educação: Educação, Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Pará – Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED-UFPA) Especialista em Educação na SEDUC-PA. E-mail: celestegomesfarias@gmail.com – ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6952-0942>.

ⁱⁱ Doutorado em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará e Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Linguagens e Saberes da Amazônia. E-mail: salomao_hage@yahoo.com.br – ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2859-1346>.

*ALTERNANCIA EN LA FORMACIÓN PARA EDUCADORES DE CAMPO:
CONTRIBUCIONES DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES A SU MATERIALIDADE*

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo identificar y analizar las contribuciones de los movimientos sociales en el campo en la materialidad de las prácticas de capacitación que se alternan en la capacitación de educadores de la Licenciatura em Educação do Campo LPEC de UNIFESSPA. La investigación se basa en la teoría social crítica y se desarrolló a través de entrevistas semiestructuradas con estudiantes, formadores y representantes de movimientos sociales. El trabajo se organiza en tres partes: movimientos sociales como referencias en la educación rural y alternancia en la formación inicial de educadores rurales; El territorio de la Región Sudeste de Pará y las acciones de los movimientos sociales que guían el Curso y el perfil de los estudiantes, y finalmente, a partir de los discursos de las asignaturas, analizamos las contribuciones de los movimientos sociales en las prácticas alternativas. Los resultados indican que los movimientos sociales contribuyen a enriquecer los procesos de formación en alternancia en la formación de educadores rurales.

PALABRAS CLAVE: *Alternancia Pedagógica; Movimientos sociales rurales; Entrenamiento de educadores; Licenciada en Educación Rural.*

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta parte dos resultados da tese intitulada “Alternância Pedagógica na Formação do Educador do Campo: contribuições da Licenciatura em Educação do Campo a partir da UNIFESSPA” (FARIAS, 2019) que buscou identificar e analisar as contribuições da alternância para a formação de educadores (as) referenciados (as) pelos princípios da Educação do Campo. A Investigação teve como fundamentação a Teoria Social Crítica, de base materialista histórica e dialética em categorias como totalidade, contradição e mediação (BOTTOMORE, 1988) e se desenvolveu por meio de análise documental do Projeto Político do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LPEC na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA (UNIFESSPA, 2014). Além disso, foi realizada pesquisa de campo com entrevistas semiestructuradas com 16 educandos; 9 formadores e 3 representantes do Movimento Social Sem Terra (MST) que participam e constroem os processos formativos em alternância no Curso.

O artigo se organiza em quatro partes: breve introdução, posteriormente apresentamos uma reflexão sobre os movimentos sociais como referências na Educação do Campo. Logo em seguida, tecemos uma discussão da Alternância como princípio teórico/metodológico de

organização dos cursos de formação do educador do campo nas instituições de ensino superior. A partir dos autores e das falas dos entrevistados fazemos a contextualização histórica do território do Sul e Sudeste do Pará e a relação dos movimentos sociais e sindicais do campo com a UNIFESSPA que vem contribuindo para a materialidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e orienta o perfil dos educandos. Na quarta parte, analisamos, a partir da visão dos sujeitos da pesquisa, as contribuições dos movimentos sociais e sindicais nas práticas formativas em alternância na formação dos educadores do campo e, por fim, tecemos as considerações finais.

2 MOMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E ALTERNÂNCIA COMO REFERÊNCIAS NAS PRÁTICAS FORMATIVAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo, desde a sua origem, vem construindo princípios teóricos e metodológicos que orientam suas práticas formativas, tanto no âmbito da educação básica quanto na formação dos educadores nos cursos superiores. Os movimentos sociais do campo, na luta por políticas públicas específicas de formação do educador, demandam das instituições formadoras currículos que materializem uma concepção contra hegemônica de formação ou, no dizer de Arroyo (2012), que busquem “superar um protótipo único de docente-educador” (p. 361) genérico que desconsidera as especificidades e a realidade dos sujeitos envolvidos.

A Educação do Campo nasce da ação protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações sociais e sindicais, desde o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária (I ENERA, 1997), nas I e II Conferências Nacionais de Educação do Campo (1998 e 2004). Caldart, (2012), destacam alguns dos movimentos sociais que militam na Educação do Campo desde a sua origem, como Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Quilombolas; Caiçaras; Ribeirinhos; Pescadores; Movimentos Indígenas, a Via Campesina, entre outros e registra que na II Conferência Nacional, com a constituição da Articulação Nacional por Uma Educação do Campo, os representantes dos movimentos sociais e sindicais se ampliam para cerca de “39 entidades incluindo representantes de órgãos de governo, organizações não governamentais, organizações sindicais de trabalhadores rurais e de

professores, além dos movimentos sociais camponeses, que assinaram a declaração final da conferência” (CALDART, 2012, p. 261). Além disso, há também o momento de fortalecimento das parcerias com as universidades públicas para a implementação de programas e projetos de formação dos sujeitos do campo.

Para Caldart (2012), os movimentos sociais estão na origem do Movimento de Educação do Campo. Nessa trajetória histórica, o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), criado em 2010, contou a participação de 32 entidades, entre representantes de instituições de ensino superior públicas e diversos movimentos sociais e sindicais (CARTA FONEC, 2010). A diversidade de sujeitos coletivos é mencionada no Decreto nº 7.352/2010 ao expor que as populações do campo compreendem os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos das florestas, os caboclos e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no campo (Art.1^a, I). Tal heterogeneidade deve ser referência na formação do educador do campo, no que tange ao trabalho, às culturas, aos saberes, aos costumes, modos de viver dos sujeitos do campo.

Entre as contribuições dos movimentos sociais para o campo das políticas e práticas em Educação do Campo, a formação em alternância se destaca por favorecer, entre outros, a permanência dos sujeitos do campo nos processos educacionais sem a necessidade de abandonarem suas atividades produtivas, militância e de trabalho no campo, como também permite que os sujeitos formados potencializem suas comunidades a partir dos conhecimentos construídos nas práticas formativas na academia em diálogo com suas realidades socioculturais.

O Movimento de Educação do Campo desde a I Conferência Nacional reivindica uma formação específica ao educador do campo que atua nas escolas do campo em parcerias com instituições públicas de ensino superior como as universidades, em cursos organizados em alternância (I CNEC, 1998). A alternância, como princípio formativo e teórico metodológico nas práticas educativas em Educação do Campo, vem sendo pautada desde sua origem, ao reivindicar cursos de formação de educador que considerem em seus currículos, organização pedagógica e metodológica, a diversidade e as dificuldades de acesso dos povos do campo à formação superior, como a possibilidade de se organizarem em alternância de tempo/espços formativos.

O reconhecimento do potencial formativo da alternância como princípio e estratégia pedagógica vem possibilitando, segundo Silva (2010), sua expansão e disseminação, sobretudo, nas políticas públicas de formação do educador do campo, o que leva esta autora a afirmar: “É no contexto deste Movimento da Educação do Campo que tem ocorrido, nas últimas décadas, a multiplicação das experiências de formação por alternância em nossa sociedade” (p. 3). A constatação da autora é evidenciada no âmbito da formação inicial no ensino superior, se considerarmos o quantitativo de mais de 42 instituições de ensino superior que vêm desenvolvendo cursos de Licenciatura em Educação do Campo e que se organizam em alternâncias, como estratégia teórica/metodológica e princípio formativo, pois nunca tivemos uma diversidade tão grande de alternâncias sendo construídas, ao mesmo tempo, em várias instituições públicas de formação docente em todas as regiões do Brasil.

A rica diversidade de experiências em alternâncias, na formação inicial nos cursos de Licenciaturas em Educação do Campo, leva Queiroz (2015, p. 5) a afirmar que, com relação aos princípios teóricos, práticos, políticos, organizativos, culturais, as instituições partem de referências anteriores, tais como: “a) Alguns Cursos conheceram e aprenderam a alternância com os CEFFAs; b) Outros aprenderam no diálogo com o MST; c) Alguns mesclam experiência: MST e CEFFAs”.

No caso do Curso de Licenciatura em Educação do Campo LPEC/UNIFESSPA, a alternância pedagógica que vem sendo construída é resultado de diversas experiências dos docentes com processos formativos em alternâncias com os CEFFAs, com as CFRs, com o MST; com Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, Federação dos Trabalhadores e trabalhadoras da Agricultura Familiar do Pará – FETRAF/PA; Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará – FETAGRI/PA, Com as Mulheres Quebradeiras de Coco, entre outros, ou seja, a organização da alternância na LPEC é síntese de inúmeras construções que envolvem o diálogo e a articulação com diversos movimentos sociais e sindicais do campo na região do sudeste do Pará.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS NO TERRITÓRIO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ: REFERÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIFESSPA

A colonização do território amazônico do Sudeste do Pará sempre esteve ligada aos processos de expansão e demandas do capital e a luta dos camponeses e demais trabalhadores do campo pelo direito de acesso à terra para a produção e dignidade de vida, bem como pelo direito à educação e ao conhecimento mediante proposta de formação humana que a classe trabalhadora defende.

No processo de territorialização do Sudeste do Pará, Marques e Marques (2010) expõem que, desde o governo da ditadura militar, as políticas públicas implantadas nessa parte da Amazônia estiveram assentadas no apoio à grande propriedade agropecuária e minero-industrial do capital. Apesar da propaganda do governo aos pequenos produtores locais e migrantes advindos de outras regiões do país, que foram atraídos justamente pelas promessas e discurso oficial de progresso e de acesso de “homens sem-terra para terra sem homens”; os migrantes não receberam apoio para se estabelecer em condições dignas no território amazônico. Tal realidade acabou estimulando conflitos fundiários de ordens diversas, envolvendo os grandes proprietários de terras e os diferentes sujeitos do campo como indígenas, posseiros, ribeirinhos, quilombolas, acampados e assentados da reforma agrária, entre outros, na luta pelo direito de permanecer na terra. Hébette (2004) ressalta que os camponeses posseiros da fronteira enfrentavam, em suas lutas pelo direito de cultivar a terra por meio de ocupações espontâneas, os grileiros, fazendeiros e os grandes empreendimentos da pecuária.

O contexto de conflitos envolvendo o grande capital que expropria o trabalhador do campo e os diversos povos na luta por direitos às políticas públicas de acesso à terra, à educação, à moradia, ao crédito para produzir no campo e por infraestrutura no território do Sul e Sudeste do Pará é o que leva os movimentos sociais e sindicais a se organizarem na militância, na formação e capacitação dos sujeitos coletivos.

Nesse contexto de luta pelo direito à terra, educação e trabalho é que destacamos a atuação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) desde sua criação enquanto Campus de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA), ao buscar construir historicamente suas práticas formativas em parceria e diálogo com os movimentos sociais e

sindicais do campo atuantes na região. Realidade evidenciada nos relatos dos professores que atuam no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LPEC):

[...] A atuação dos movimentos sociais do campo no Sul e Sudeste sempre foi intensa a partir da década de 1980, pois é uma região de fortes conflitos no campo e de atuação dos movimentos organizados muito forte e com a chegada do Campus Universitário em Marabá eu não diria logo na chegada, mas no início da década de 1990 com uma gestão do Campus Universitário aliada com os movimentos sociais e uma forte presença de diálogo da Universidade nos seus diferentes segmentos como: estudantes, docentes e a gestão da Universidade com os movimentos sociais por que alguns sujeitos nessa trajetória universitária já vinham com inserção de diálogo com os movimentos, não foi difícil para os movimentos sociais no final da década de 1990 realizarem as primeiras conferências para pensar na formação dos sujeitos do campo em ter a Universidade como parceira nesse diálogo. Nesse primeiro momento foram FETAGRI e o MST os dois movimentos sociais do campo que pautaram a proposta de formação dos educadores para o campus universitário de Marabá, tinha também as mulheres extrativistas Quebradeiras de Coco (Nilsa, Docente Letras/UNIFESSPA).

As experiências de diálogo com os movimentos sociais e sindicais do campo se materializaram e se fortaleceram na UNIFESSPA com a oferta de vários cursos, programas e projetos de formação dos trabalhadores do campo, implementados no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que requeria para sua aprovação a parceria da Universidade com os movimentos sociais e o INCRA, e que permitiu a execução de diversos cursos na Educação Básica, nas etapas de EJA Ensino Fundamental e Médio, Magistério Normal, Curso Técnico em Agropecuária e Superior como: Agronomia, Pedagogia, Letras, Direito entre outros, todos organizados em alternância pedagógica.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo na UNIFESSPA segue nesta mesma linha, organizado em alternância pedagógica é resultante de diversas experiências formativas executadas por meio de parcerias da Universidade com os movimentos sociais e sindicais do campo.

É fundamental pensar que a apropriação da Alternância Pedagógica se dá num processo histórico em movimento da Pedagogia da Alternância que estabelece as iniciativas educacionais, e de escolarização na Educação Básica no contexto das Escolas Famílias Agrícolas, que foram assumidas como referência nos projetos de educação do campo em todo o país, e na região de Marabá em especial, porque tivemos contato direto com essas experiências através da Escola Família Agrícola onde realizamos o Ensino Médio Técnico Agropecuário financiado pelo PRONERA e o do Saberes da Terra. Essas experiências foram fundamentais para que a gente tivesse contato com a

Pedagogia da Alternância e como professores da Universidade, pesquisadores a gente soube isso para além daquilo que a gente estudava. É fundamental situar isso para compreender que a Alternância Pedagógica tem uma origem e um contexto e ela é importante para a formação dos educadores não só como método, mas por conta dessa historicidade, dessa origem que ela carrega, que é essa relação entre movimentos sociais e universidade, universidade e movimentos sociais numa *práxis* coletiva, numa reinvenção daquilo que vinha sendo feito no âmbito da Pedagogia da Alternância: reinvenção no sentido do que vem sendo construído na educação do campo, no sentido de práticas de educação institucionalizadas. [...] É preciso ter clareza de que o Curso de Licenciatura em Educação do Campo é uma síntese de experiências anteriores e que aquilo que a gente apresenta como proposta de Alternância Pedagógica é um produto dessa síntese (Evandro, Docente LPEC).

É importante destacar, nas falas dos sujeitos que participam do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, o processo histórico em que as práticas em Alternância Pedagógica foram construídas na UNIFESSPA, com referência, inicialmente, na Pedagogia da Alternância, e, posteriormente, foram sendo ressignificadas com as contribuições de diversos coletivos implicados, como o MST, pois no contexto atual a maioria dos educandos que ingressam no Curso de Licenciatura em Educação do Campo nesta Universidade são do MST, face sua forte organização no território do Sudeste do Pará. A Figura 1, a seguir, detalha com mais precisão as comunidades do campo onde os educandos da LPEC residem em seus municípios de origem até o ano de 2016. Representados na cor Cinza estão os educandos que fazem parte de comunidades de **assentamentos e/ou acampamentos da reforma agrária**, localizados principalmente na região do Sudeste do Pará. As áreas representadas no mapa na cor Amarela identificam os educandos de **comunidades quilombolas**. Por sua vez, as áreas de **terras indígenas** estão identificadas na cor Verde e os educandos das **comunidades de Rios** estão representados na cor Azul. Destaca-se que no Processo Seletivo Especial de 2018 ingressaram seis lideranças indígenas de etnias diferentes e ampliou ainda mais a diversidade de povos do campo atendidos no Curso.

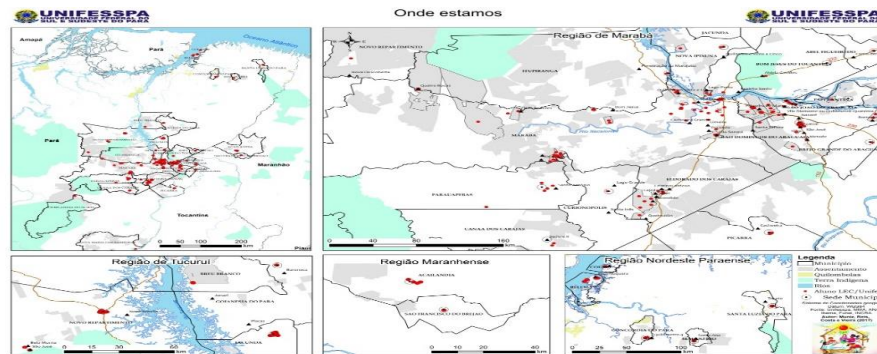


Figura 1 - Localização das Comunidades do Campo-Educandos – LPEC. Turmas até 2016
Fonte: MUNIZ, Rodrigo, 2017 (Docente LPEC).

A Figura 1 apresenta a origem e diversidade de identidades que conformam o perfil dos estudantes que ingressam na LPEC na UNIFESSPA, formado na sua grande maioria por educandos oriundos de assentamentos de reforma agrária, filhos de agricultores camponeses que migraram para a região nos processos de luta pelo direito a terra e construção do território e suas territorialidades (HAESBAERT, 2007). Essa configuração garante a materialidade de origem do Curso, que é destinado aos diversos coletivos e povos do campo, tendo surgido com as reivindicações dos sujeitos pelo direito de ingressar em uma universidade pública, como explicita o relato a seguir:

Porque esses sujeitos foram os que brigaram para que esse Curso viesse a existir. Então são esses sujeitos que estão mobilizados para entrar no Curso. [...] São eles que pediram e reivindicaram, que lutaram por esse Curso, então eles vêm em massa. Então é verdade que essa coisa do campesinato com característica da briga, da luta, do enfrentamento da luta pela terra, é esse sujeito que está na maioria no nosso Curso (Margarida, Docente LPEC).

Na próxima sessão, podemos perceber como contexto histórico de diálogos e parcerias entre a UNIFESSPA, por meio dos docentes do Curso LPEC e os movimentos sociais e sindicais do campo, se refletem nas contribuições apontadas nas falas dos sujeitos em formação em alternância.

4 ALTERNÂNCIA NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UNIFESSPA: CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LPEC/UNIFESSPA) foi criado em 2009, ainda no campus-Marabá da UFPA, como resultado de luta dos movimentos sociais e sindicais do campo na região do Sul e Sudeste do Pará. É organizado em Alternância Pedagógica como denominado no Projeto Político do Curso (PPC - 2014) na qual o Tempo - Espaço Universidade – TEU, acontece nos meses de janeiro-fevereiro e julho-agosto no campus da Universidade no Município de Marabá. Já o Tempo/Espaço Localidade ocorre nos meses de março-junho e setembro-dezembro. A Alternância Pedagógica registrada no PPC do Curso se materializa de forma planejada em diversas atividades pedagógicas que interligam os Tempos/Espaços Universidade/Localidade, ou sejam, dialogam constantemente.

[...] alternância a gente usa o termo no sentido do verbo alternar, nós alternamos espaços, práticas, sujeitos, tempos pedagógicos criando uma dinâmica que dá movimento à formação, nós não isolamos a formação a um tempo, a um espaço, mas nós alternamos a formação em diversos espaços, tempos, práticas, saberes, sujeitos para dar a dinâmica nós alternamos isso de forma integrada, não de forma fragmentada, alternamos isso de maneira planejada, logo, de maneira pedagógica, nós planejamos o processo de alternar e integrar esses tempos e espaços para eles serem educativos, logo, se ela (alternância) é planejada, se é uma prática educativa planejada, ela é uma ação pedagógica (Evandro, Docente LPEC).

A materialidade do Tempo/Espaço Universidade (TEU) busca construir a relação integrada da teoria e da prática por meio de diversas atividades pedagógicas, como as sessões de estudo do “núcleo comum; sessões de estudo do núcleo específico; seminários de socialização do Tempo/Espaço Localidade (TEL); organicidade (auto-organização dos estudantes); oficinas; viagens de campo e componentes curriculares (aulas) das áreas de conhecimento” (UNIFESSPA, 2014, p. 33). As práticas formativas do TEU são embasadas nos dados, temas, análises e nas problemáticas advindas das pesquisas dos Tempos/Espaços Localidades.

O Tempo Universidade tem diversas atividades, temos seminários, onde os educandos possam ver outros sujeitos que compõem a Educação do Campo, dos movimentos sociais que militam e fazem a luta na região, palestras em que trazemos palestrantes para discutir temáticas, fazer leituras e intervenções,

têm atividades como Oficinas de Histórias de Vida, as viagens de campo nos territórios de conflitos no campo. Tem as atividades que são os componentes curriculares das disciplinas, e tem socialização do tempo/localidade (Maura, Docente LPEC).

A Alternância Pedagógica no Tempo/Espaço Localidade - TEL acontece nas comunidades, escolas do campo e movimentos coletivos nos quais os educandos materializam suas vivências, militâncias e trabalho no campo. O TEL se materializa por meio de Sete Pesquisas Socioeducacionais, considerando os Roteiros, Planos e temáticas definidas em cinco Eixos Formativos do Curso.

[...] o tempo/espaço localidade é o tempo das vivências em que eles vão realizar as práticas políticas nos movimentos sociais, porque nós temos uma grande quantidade de estudantes que são lideranças dos movimentos sociais, que são presidentes de associações, lideranças de igrejas, indígenas, dos sindicatos, então eles fazem as atividades políticas na vida deles. Tem educandos que produzem nos lotes, então é o tempo que eles estão na relação mais direta na comunidade, em atividades produtivas, e tem educadores que já atuam nas escolas. É também o tempo em que eles vão problematizar o olhar que eles tinham sobre a comunidade, então as questões que a Universidade traz para eles nas reflexões, nas leituras que eles fazem no tempo universidade, agora eles vão olhar para sua localidade e vão refletir a partir dos temas (Maura, Docente LPEC).

Os sujeitos da pesquisa, participantes do Curso LPEC, quando indagados sobre as contribuições dos movimentos sociais para a materialidade das práticas de Alternância na formação dos educadores, destacam diversas contribuições e desafios que a enriquece nos processos formativos. A relação histórica com os movimentos sociais e sindicais no território do Sul e Sudeste paraense é um exemplo disso, e contribuiu para a definição dos Eixos Temáticos do Curso que orientam as práticas de alternância no tempo/espaço universidade e Localidade:

[...] É interessante pensar justamente essa experiência lastreada pelo histórico da questão agrária, isso permitiu pensar Eixos Temáticos que eu diria que orientaram a dinâmica do percurso formativo do Curso em Alternância. São 5 Eixos que orientam o desenho da matriz do Curso e o Eixo Sociedade, Estado, Movimentos Sociais e Questão Agrária reflete essa experiência. Há um esforço coletivo para que isso aconteça, eles problematizam as questões históricas da região Amazônica e mundo, acho que dá para os sujeitos se constituírem no Curso com uma visão bastante crítica dos processos formativos. Os Eixos Temáticos permitem uma formação política mais ampla (Nilsa, Docente, Letras UNIFESSPA).

Os Cinco Eixos Temáticos que orientam as práticas formativas em Alternância, tanto no Tempo/Espaço Universidade, quanto os Tempos/Espaços Localidades, foram definidos pelo conjunto dos sujeitos do Curso e são: **Sociedade, Estado, Movimentos Sociais e Questão Agrária; Educação do Campo; Saberes Cultura e Identidades; Sistemas Familiares de Produção; Campo, Territorialidade e Sustentabilidade** (UNIFESSPA, 2014).

O protagonismo dos diversos movimentos sociais e sindicais no território do Sul e Sudeste do Pará, quando serve de referência nos processos formativos do Curso em Alternância, reforça a afirmação dos movimentos sociais como matriz de origem da Educação do Campo. Nesse sentido, Arroyo e Fernandes (1999, p. 14) explicitam o princípio da necessária vinculação dos processos formativos na educação com o movimento social, pois, além da gênese da Educação do Campo ser o movimento social, este deve ser um princípio inerente e educativo nas práticas formativas ao explicitar: “acreditamos que somente a educação se tornará realidade no campo se ela ficar colada ao movimento social [...] acreditamos que o próprio movimento social é educativo, forma novos valores, nova cultura”.

A alternância que se materializa no Tempo/Espaço Localidade do Curso por meio das Pesquisas Socioeducacionais permite o retorno dos educandos para as comunidades, para os movimentos sociais com o entendimento mais qualificado a partir do olhar teórico fortalecido no Tempo Universidade:

[...] a Alternância é fantástica no sentido de que viabiliza um outro olhar para a comunidade, os estudantes se deparam com outras epistemologias na universidade e isso faz com que quando eles voltam para as comunidades, quando eles voltam para os movimentos sociais, para a militância, eles tenham um outro olhar para a realidade das comunidades que em alguns casos poderiam ter o olhar já cristalizado, ressignificando e vendo as coisas por outros pontos de vista. É o desafio é que a gente tem que valorizar as outras formas de produzir conhecimentos, outras epistemologias, então a importância de vencermos limites de concepção formativa e mobilizarmos esses conhecimentos (Amintas, Docente LPEC).

É importante destacar, no depoimento do docente, o desafio que a formação em alternância no Curso, a partir do diálogo com os movimentos sociais, impõe à Universidade o desafio de reconhecer outras formas de produzir conhecimento ou outras epistemologias que vislumbram os limites de concepções teóricas predominantes de formação docente nas instituições universitárias no Brasil. A esse respeito, Arroyo (2012; 2007), afirma que os outros sujeitos diversos produzem outras pedagogias que as instituições formadoras em seus currículos

precisam reconhecer, não para validá-los pela academia, mas sim porque são conhecimentos. Nas parcerias entre os movimentos sociais e as universidades, os cursos são enriquecidos em seus currículos e em suas práticas formativas no momento em que permitem estabelecer o diálogo construtivo com os educadores do campo, indígenas, negros, assentados e acampados da reforma agrária, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, pois, para Arroyo (op. cit., p. 38b), a “dinâmica social penetra nesses espaços, recolocando questões para o repensar teórico e pedagógico nos currículos e práticas formativas dos cursos”.

As contribuições dos movimentos sociais para as práticas formativas em Alternância na LPEC/UNIFESSPA são fundamentais para a afirmação da identidade do Curso:

Se não tivesse movimento social não existiria a alternância pedagógica nesse Curso, não é só existência dele, mas é a participação e atuação deles aqui dentro da Universidade. Eles podem não estar nas nossas reuniões, na burocracia, mas eles estão aqui dentro. É isso que vai dando o tom para as coisas: da organização dos alunos, de como a gente está organizado na Universidade, de como eles orientam os Eixos pensados, e como as pesquisas estão pensadas para acontecer nos tempos comunidades, é tudo graças ao movimento social, e da gente ter público para a educação do campo formar porque são os movimentos sociais que fazem a divulgação do Curso, são eles que informam os educandos nas comunidades. Se não tivesse a presença do movimento social aqui a gente ia ter quatro Cursos dentro de um, muitas vezes a gente sente que a coisa vai se perdendo, parece que são coisas diferentes nas 4 áreas de conhecimento do Curso e aí o movimento social dá aquela chamada de atenção e a gente consegue perceber que tem umas costuras que é preciso fazer para não perder o foco da Educação do Campo, da Alternância e do esforço da interdisciplinaridade (Gláucia, Docente LPEC).

Para autores como Arroyo (2012a), Molina e Sá (2012), os cursos de formação dos educadores do campo, organizados em Alternância, apresentam papel positivo nas políticas afirmativas no interior das universidades públicas ao pautarem a presença da diversidade e da singularidade dos sujeitos. Os educandos do campo carregam o desafio que lhes é colocado pelos seus movimentos sociais e comunidades de origem, no sentido de responder ao esforço coletivo que os trouxe até a universidade como protagonistas de uma luta histórica por direitos.

Outro ponto positivo da alternância na LPEC/UNIFESSPA, ante a parceria com os movimentos sociais, são as mudanças significativas na dinâmica das instituições formadoras, que passam a construir novas propostas de organização do currículo, e os questionamentos das estruturas internas e burocráticas seculares das universidades pelos sujeitos do campo que ingressam nos cursos, exigem o reconhecimento institucional de tempos e espaços de

aprendizagem partindo de suas realidades e não das condições de sistemas organizativos padronizados (ARROYO, 2007; 2014).

Nas universidades, a prática da alternância pedagógica vem provocando mudanças na **Organização do Trabalho Docente**, que instiga, exige e provoca os docentes para o desenvolvimento de um trabalho coletivo, integrado, articulando os sujeitos coletivos que protagonizam a experiência dos cursos, como os docentes, gestores, educandos e os movimentos sociais do campo, a partir de suas práticas educativas.

Para os autores, a incidência na **Organização e Planejamento Curricular** provoca os sujeitos participantes dos cursos a pensarem em outras formas de conceber “o planejamento e o currículo, visto que são instigados a darem outros sentidos e significados ao processo de formação dos educadores a partir das áreas de conhecimentos e da interdisciplinaridade” (HAGE; ARAÚJO; FARIAS, 2016, p. 1.414) Os processos formativos em alternância procuram romper com as práticas hierárquicas, separadas de formar os educadores na academia, pois desafiam os sujeitos a construírem a interdisciplinaridade a partir das trocas de conhecimentos, demandas advindas das comunidades do campo e os conhecimentos acadêmicos.

As marcas dessas mudanças têm como âncoras principais a dialogicidade entre os sujeitos e seus saberes, experiências, conhecimentos e cultura. Para que se possa afirmar essa dialogicidade é importante que os cursos construam uma matriz curricular que dê conta da articulação de saberes de diferentes Tradições: do Trabalho, da Ciência e Tecnologia e da Cultura, fortalecendo a Interdisciplinaridade e a Transdisciplinaridade no trato com os componentes curriculares, ao afirmar uma perspectiva Relacional entre as várias áreas de conhecimento, entre os conhecimentos científicos/escolares e os saberes do trabalho e da produção cultural dos sujeitos do campo; provocando com tudo isso, mudanças substantivas na forma hegemônica de produzir e socializar os conhecimentos científicos (HAGE; ARAÚJO; FARIAS, 2016, p. 1.416).

Para os autores, a alternância pedagógica vem contribuindo para fortalecer a interculturalidade na organização dos currículos dos cursos ao afirmar as identidades e modos de vida dos sujeitos dos processos formativos a partir dos diferentes territórios rurais, ao considerarem a heterogeneidade ambiental, produtiva e sociocultural dos povos do campo, sem deixar de considerar os conflitos que envolvem as práticas constituídas pelos diversos coletivos do campo e as instituições formadoras.

A materialização da alternância no Curso LPEC/UNIFESSPA, em parceria e diálogo com os movimentos sociais, contribui para a construção e identidades dos diversos sujeitos do Curso:

[...] a importância da Alternância Pedagógica é fundamental, sem ela era um curso vazio, não tem como eu falar dos sujeitos sem eu querer conhecer o sujeito, como num poema do Vital Didonet que diz que para você me educar você precisa me conhecer, e no Curso tem a Oficina de História de Vida, é uma das primeiras disciplinas do Curso de Educação do Campo, é a história de vida. Então, para eu conseguir dialogar com os meus sujeitos, saber de onde ele veio, quais são as suas dificuldades, eu preciso conhecer a história dele, mas antes eu preciso me conhecer também (Mileny, Educanda LPEC).

É interessante identificar no relato da educanda, assim como, em diversos momentos formativos que observamos, que a *Oficina de Histórias de Vida*, para muitos estudantes, é um dos componentes curriculares que marca sua trajetória no Curso, com os debates, as reflexões e o exercício de construção dos memoriais de formação, e lhes possibilitam se enxergar como sujeito do campo, como camponês. A oficina contribui significativamente para a afirmação de sua identidade de trabalhador do campo, como integrante do povo do campo que tem história, que produz conhecimento e, principalmente, reconhece que a formação em nível superior, em uma universidade pública, é resultante de muitas lutas dos movimentos sociais.

Anjos (2012, p.1) afirma que as narrativas dos memoriais de formação construídos na *Oficina de História de Vida*, apontam “temáticas e desafios da docência do campo no Sudeste do Pará, as quais constituem questões problematizadoras para as diversas atividades de ensino, pesquisas e estágio-docência no Curso”, nos tempos universidade e comunidade.

No Curso, eu aprendi a militar dentro da educação do campo; antes de entrar no Curso, eu dizia: que diabo esses sem terras fazem invadindo a terra dos outros? **Eu não sabia que eu fazia parte do campo, na minha história, eu não sabia, quando a gente vem e faz a Oficina de História de Vida, na nossa história de vida a gente se percebe como sujeito do campo [...] gente, nós somos do campo, nós precisamos crescer [...] e a gente se construiu enquanto coletivo, meus companheiros - eu nem sabia dizer essa palavra companheiro** – a gente não pode dizer que o coletivo é uma coisa ruim, porque se não fosse essa família que é o coletivo do movimento, eu não estava aqui porque não tenho condições de manter aqui, eu não tenho condições. O Valdiney e eu não sabíamos que a gente poderia ser visto, sabe por quê? Porque a gente achava que a gente não era visto como movimento social, a gente achava que pobre não era visto dentro da universidade (Mileny, Educanda LPEC).

De fato, a relação entre os movimentos sociais e a materialidade da Alternância no Curso LPEC/UNIFESSPA contribui com a construção e afirmação da identidade dos sujeitos do campo; e no caso dos educandos que são do MST. Caldart (2002, p. 88) ressalta que essa parceria articula-se à materialidade da terra na formação dos sujeitos do campo, em que o termo terra remete à luta e às resistências dos trabalhadores do campo e no momento em que seus militantes adentram a universidade para a formação, têm o entendimento de que antes de serem universitários “são Sem Terra, têm a marca da terra e da luta que os faz chegar até a universidade”.

A atuação dos educandos no Curso fortalece a organicidade dos mesmos e contribui para o seu fortalecimento com diversas instâncias da Universidade, um exemplo, dessa atuação coletiva é o Centro Acadêmico de Educação do Campo (CAEC) que vem se construindo na luta pelos direitos dos estudantes a acessarem bolsas de pesquisas e extensão, auxílios estudantis, espaços adequados para alojamento no Tempo Universidade, estrutura adequada para acompanhamento do Tempo Comunidade, entre outras questões.

É interessante constatar que os processos formativos em alternância no Curso LPEC/UNIFESSPA, com a parceria dos movimentos sociais do campo de diversas regiões do Estado do Pará, Tocantins e Maranhão, vêm contribuindo não só para a afirmação da identidade dos educandos, mas também dos professores que ingressaram no Curso, mais recentemente, via concurso público.

[...] Então, foi quando eu me encontrei na educação do campo e num curso por Alternância, a partir de muitas leituras comecei a abrir a minha cabeça para a compreensão da proposta de Educação do Campo e, isso para a minha formação foi tão importante, porque até então eu não tinha coragem de dizer eu sou do campo, porque a minha origem é do campo, não tinha ainda essa coragem, foi com essa vinda para a área da educação do campo que comecei a valorizar a minha identidade, eu sou do campo, meus pais são pescadores (Gaya, Formador LPEC).

A materialidade da alternância nos tempos Universidade e Localidade vem contribuindo também para que os educandos do Curso LPEC/UNIFESSPA potencializem e empoderem suas práticas educativas e de militância nos movimentos sociais, comunidades e escolas do campo:

A Alternância Pedagógica para nós é princípio formativo da Educação do Campo porque não tem como desvincular o nosso tempo universidade do tempo localidade porque o que a gente aprende no curso a gente tenta ampliar dentro das escolas do campo, tentando identificar se há mesmo uma proposta

de Educação do Campo nas escolas dentro das comunidades. É a Alternância que permite a gente voltar e contribuir com o movimento social, fortalecer o movimento com a teoria, esclarecer muita coisa que a gente não entendia como funcionava (Mileny, Educanda LPEC).

De fato, a formação dos educadores do campo em Alternância Pedagógica na UNIFESSPA vem contribuindo para que os educandos se vejam como sujeitos de direitos e que podem contribuir junto com os demais sujeitos das comunidades do campo onde estão inseridos.

[...] acho que a contribuição da alternância no curso pra mim é 100%, porque depois que eu entrei na universidade, no Curso, eu vejo a minha comunidade com outros olhos, não vejo só como uma comunidade carente, mas através da alternância, do apoio teórico que a gente recebe aqui, eu vejo que a minha comunidade tem potencial para não ser o que ela é hoje, porque é aonde a gente pode estar investindo e buscando os nossos direitos na comunidade, de reivindicar os nossos direitos, e a gente tem potencial para isso. E hoje o Curso veio abrir uma estrada para mim para dentro da minha comunidade, porque antes eu olhava e só via a minha comunidade como se fosse uma coitada, que a gente não tinha outra alternativa, que a alternativa era só obedecer, e jamais se impor, jamais reivindicar, porque a gente por **ser pobre e preto**, a gente não tinha esse poder, mas hoje, depois que eu comecei a estudar, eu percebo que os caminhos não são por aí, que a gente pode sim estar reivindicando os direitos da gente (Santana, Educanda LPEC).

Os relatos dos educandos, em muitos aspectos, se sintonizam com as contribuições de Hage; Silva; Farias (2016) quando afirmam que a alternância incide na “Organização do Ensino, na Organização do Trabalho Docente e na Organização e Planejamento Curricular” (*op. cit.*, p. 1.941). No âmbito do ensino, as inovações trazidas pelos tempos universidade e comunidade exigem articulações que viabilizem a práxis transformadora nos territórios ocupados pelos sujeitos.

Ambos - Tempo Universidade e Tempo Comunidade - são espaços de Práxis, ou seja, de articulação entre teoria e prática, de diálogo entre os saberes da tradição do trabalho e os conhecimentos científicos, entre os saberes culturais e os conhecimentos escolares. São espaços que provocam alterações na organização do ensino ao oportunizar a interação entre conhecimento e realidade nas comunidades e territórios rurais, ao fortalecer a articulação entre a pesquisa, intervenção e militância política na formação dos educadores do campo (HAGE; SILVA; FARIAS, 2016, 1.410).

A formação em alternância, ao promover a relação teoria e prática, contribui para uma formação política conscientizadora da realidade social na qual os educandos estão inseridos, que os impulsiona na construção do exercício da práxis transformadora com a compreensão da luta por direitos, que é a busca principal do Movimento de Educação do Campo, pois

compreende a educação como direito humano. Como ressalta Caldart (2012), na tríade *Campo*, compreendida pelo protagonismo dos movimentos sociais, a *Educação* se materializa nos processos formativos, na escola e nas lutas sociais, e na política pública, para a promoção da universalização dos direitos no âmbito do projeto popular de sociedade.

Segundo Arroyo e Fernandes (1999), a luta dos movimentos sociais do campo pela educação, para todo e qualquer cidadão, passa pelo terreno dos direitos básicos e fundamentais que precisam ser garantidos pelo Estado, por meio de políticas públicas efetivas, e devem estar articuladas a outras ações, como saúde, habitação, terra, cultura produzida socialmente, e conhecimento, visando à formação humana do homem, da mulher, da criança e jovem do campo:

[...] O movimento social do campo representa uma nova consciência dos direitos, à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostra o quanto se reconhecem como sujeitos de direitos (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 18).

Os movimentos sociais do campo, ao conceberem a educação como um direito humano fundamental se referenciam nos dispositivos legais, como a Constituição Federal de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, nas quais toda pessoa tem direito à educação, pois é um direito que cria condições para a garantia dos demais direitos, ou seja, possibilita o empoderamento e a busca por outros direitos nos territórios do campo.

De fato, os sujeitos participantes do Curso LPEC/UNIFESSPA enfatizam em seus depoimentos entre as contribuições fundamentais que emergem dos processos formativos em alternância, a formação política se destaca com muita intensidade. Farias (2019, p. 8), nos resultados da Tese sobre as Contribuições da Alternância Pedagógica na Formação dos Educadores do Campo na Licenciatura em Educação na UNIFESSPA, aponta diversas contribuições agrupadas em quatro Eixos Temáticos, a saber:

I - Alternância Pedagógica: formação, trabalho e terra nas práticas formativas do educador do Campo; **Eixo II** – Alternância Pedagógica: Contribuições para uma Formação Humana, Política do Educador do campo; **Eixo III**- Alternância Pedagógica na Formação do Educador: contribuições para Incidências nas escolas, comunidades do campo e Universidade; **Eixo IV**- Alternância pedagógica na formação do educador e a Produção do Conhecimento a partir das práticas da pesquisa educativa.

Na tese, a autora conclui que as diversas contribuições da Alternância Pedagógica na formação do educador do campo permitem materializar os princípios da Educação do Campo, nas práticas formativas no Curso LPEC UNIFESSPA. Viabilizadas pelo processo histórico de atuação do coletivo dos docentes do Curso, comprometidos e envolvidos na luta orgânica com os movimentos sociais e sindicais do campo no território amazônico do Sul e Sudeste do Pará.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou fazer uma contextualização do papel histórico dos movimentos sociais do campo, na origem da Educação do Campo e na luta pelo direito a políticas públicas de educação que considerem os diversos povos trabalhadores do campo em suas culturas, saberes, identidades, território e lógicas de trabalho. Destacou-se que, dentre as reivindicações dos sujeitos coletivos por políticas, está a exigência de cursos de formação de educadores do campo, que atendam, em seus currículos, as especificidades e a diversidade dos trabalhadores.

A demanda por cursos organizados em Alternância de tempos e espaços ocorre, entre outros motivos, por garantir que os trabalhadores do campo possam ter o direito de cursar a formação superior sem ter que deixar o campo. A formação inicial dos educadores do campo, em cursos organizados em Alternância, é uma novidade acadêmica nas universidades que são interrogadas, questionadas e desafiadas pelos sujeitos do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST (ARROYO, 2007) a transgredirem (HAGE, 2015) a lógica histórica e hegemônica de pensar a formação superior no Brasil.

O contexto de luta histórica dos movimentos sociais e sindicais do campo no território amazônico do Sul e Sudeste do Pará pelo direito à terra, ao trabalho e à educação frente ao capital é a realidade social, política e cultural na qual a UNIFESSPA está inserida. É realidade que influencia o perfil dos educandos do Curso, constituído por diversos povos do campo, porém, na atualidade a maioria é composta por militantes do MST.

Os docentes, desde a origem do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, militam organicamente com os movimentos sociais e sindicais do campo e essa realidade do Curso, organizado em Alternância Pedagógica de Tempo/Espaço Universidade e Tempo/Espaço Localidade é que leva os atores (educandos, docentes e movimentos sociais) a construir suas práticas formativas, tendo como referência os diversos sujeitos coletivos do campo, como MST;

Indígenas; Quilombolas; Ribeirinhos; Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; Federação dos Trabalhadores e trabalhadoras da Agricultura Familiar do Pará – FETRAF/PA; Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará – FETAGRI/PA; Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB; Mulheres Quebradeiras de Coco; Igreja Católica com as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, do Movimento de Educação de Base MEB; Fórum de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará – FREC SUPA, entre outros.

Os movimentos sociais e sindicais do campo no território amazônico do Sul e Sudeste do Pará são referências formativas da Alternância Pedagógica desde os Eixos Temáticos do Curso que orientam os componentes curriculares dos Tempos/Espaços Universidade e Localidade, bem como, na construção das Pesquisas Socioeducacionais desenvolvidas nas comunidades, escolas do campo e militância nos movimentos coletivos nos quais os educadores estão inseridos.

A pesquisa revelou que para os sujeitos do Curso LPEC-UNIFESSPA, os movimentos sociais, são fundamentais para a materialidade da Alternância Pedagógica, pois são referências nas temáticas, nos conteúdos trabalhados das áreas de conhecimentos vivenciados no Tempo/Espaço Universidade.

A investigação identificou que no Tempo/Espaço Localidade que se materializa por meio da pesquisa educativa nas comunidades e escolas do campo, os movimentos sociais contribuem na organização, na mobilização dos sujeitos, no acesso dos docentes do Curso LPEC até as comunidades para fazer o acompanhamento pedagógico com os educandos e nas reivindicações por melhorias na qualidade da educação junto aos gestores municipais.

Os resultados da pesquisa apontam que a Alternância Pedagógica contribui para que a formação dos educadores seja referendada nos princípios da Educação do Campo nos momentos em que se analisa, debate, estuda, pesquisa nos cinco Eixos Temáticos: **Sociedade, Estado, Movimentos Sociais e Questão Agrária; Educação do Campo; Saberes Cultura e Identidades; Sistemas Familiares de Produção; Campo, Territorialidade e Sustentabilidade** (UNIFESSPA, 2014) que orientam as práticas formativas do Curso LPEC.

São as parcerias e diálogos com os diversos movimentos coletivos que enriquecem as práticas formativas em Alternância Pedagógica e evidenciam a afirmação de Arroyo (2003), ao dizer que os currículos dos cursos de formação nas instituições de ensino superior têm muito a

aprender com os movimentos sociais, que são sujeitos educativos. Para os sujeitos do Curso LPEC, se não existissem os movimentos sociais e sindicais o Curso seria vazio e a Alternância não existiria. Os processos de diálogo, movimentos sociais, sindicais e Universidade não são isentos de conflitos, contradições, porém ambos movimentos e Universidade reconhecem que é o melhor caminho a ser construído.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Maura P. dos. **Histórias de vida de educadores**: elementos para formação na educação do campo. V COLÓQUIO INTERNACIONAL “Educação e Contemporaneidade”. Sergipe, 2012.

ARROYO, Miguel G; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma Educação Básica do campo**: a Educação Básica e o Movimento Social no Campo. V. 2. Brasília: Por uma Educação Básica do campo: a Educação Básica e o Movimento Social no Campo, 1999.

ARROYO, Miguel G. PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28-49, Jan/Jun 2003. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>. Acesso em: 04 maio 2018.

ARROYO, Miguel G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, maio-ago. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0101-3262&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10/05 2020.

ARROYO, Miguel G. Formação de Educadores do Campo. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.359-365.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BOLETIM DA EDUCAÇÃO – **II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária**, II ENERA Textos. Número 12. Edição Especial – dezembro 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.352**, de 04 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 5 nov. 2010.

CALDART, Roseli. **Por uma Educação do Campo**: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge. *et al.* (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**: Identidade e Políticas Públicas. Brasília: Art. Nacional, 2002. p. 25-36.

CALDART, Roseli. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli, ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 257-264.

CALDART, Roseli. **Educação do Campo 20 Anos**: a construção de um projeto político-formativo. In: FONEC- Encontro Nacional – 20 anos Educação do Campo e PRONERA. Brasília/DF, 12 a 15 de junho 2018.

CARTA DE CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília, DF, agosto, 2010. Disponível em: [https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/files/2019/09/carta-cria%
FONEC-2010.pdf](https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/files/2019/09/carta-cria%c3%a7%c3%a3o-FONEC-2010.pdf). Acesso em: 04 maio 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL POR EDUCAÇÃO DO CAMPO, I. Luziânia-GO, 1998. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/documentos/conferencia-nacional-por-uma-educacao-basica-do.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, II. Disponível em: www.red-ler.org/declaracion-II-conferencia-educacao-campo. Acesso em: 01 jun. 2020.

FARIAS, Marai. Celeste. Gomes de. **Alternância Pedagógica na formação do educador do campo**: Contribuições da Licenciatura em Educação do Campo a partir da UNIFESSPA. Orientador: Salomão Hage. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999)**. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC). **Carta de Criação do Fórum** [...] na sede da Contag, durante os dias 16 e 17 de agosto de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.freccupa.net.br/p/documentos_29.html. Acesso em: 15 jun. 2018.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do fim dos Territórios à Multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAGE, Salomão. Transgressão do Paradigma da (multi)Serição como referência para a construção da Escola Pública do Campo. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 35, n. 129, 2015.

HAGE, Salomão; FARIAS, Maria Celeste Gomes de; ARAUJO, Helen Silva. **Alternância Pedagógica como estratégia de formação dos Educadores do Campo no Curso de**

Licenciatura em Educação do Campo. Comunicação apresentada na I Reunião da ANPED Norte. Belém-PA, outubro de 2016.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v. 4. Belém: Edufpa, 2004.

MARQUE, Gilberto; MARQUES, Indira Rocha. **Políticas públicas e conflitos fundiários no Estado do Pará.** VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural. América Latina: realineamientos políticos y proyectos en disputa. Porto de Galinhas-PE, 19 de novembro de 2010.

MOLINA, Monica Castagna; SÁ, Laís M. Licenciatura em Educação do Campo. *In:* CALDART, Roseli, ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 466-474.

QUEIROZ, João Batista de. *In:* RELATÓRIO SÍNTESE. **I Círculo de Formação em Alternância Pedagógica-CFAP.** UFPA/SECADI/MEC, Belém, 2015.

SILVA, Lourdes Helena. Concepções & práticas de Alternâncias na Educação do Campo: dilemas e perspectivas. **Nuances:** estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 180-192, jan./dez. 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/760/0>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SILVA, Lourdes Helena. **As experiências de Formação de Jovens do Campo:** alternância ou alternâncias? Curitiba: CRV, 2012.

UNIFESSPA **Projeto Político Pedagógico do Curso** Licenciatura em Educação do Campo, Marabá- Pará. 2014.

Recebido em: 29/06/2020

Aprovado em: 03/11/2020